

AS ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA DOS PEQUENOS PRODUTORES: O CASO DAS MIGRAÇÕES

Marilda Aparecida de Menezes(*)

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é analisar as transformações do sistema produtivo, suas repercussões sobre as relações de trabalho e as estratégias utilizadas pelas famílias de pequenos produtores rurais para garantir sua sobrevivência, especialmente a migração de alguns membros da família. Baseamo-nos em pesquisa empírica realizada com cerca de 30 pequenos produtores na microrregião do Sertão Paraibano e com os migrantes procedentes destas famílias, residentes na região do ABC - Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, no Estado de São Paulo, no período de 1982 a 1984. Desenvolveremos o texto em cinco partes:

- 1) A estrutura fundiária e o sistema produtivo
- 2) As condições de reprodução de pequena produção
- 3) Atividades complementares
- 4) Migração: estratégia de sobrevivência da família
- 5) Migração e reprodução da família na origem

1) Estrutura Fundiária e o Sistema Produtivo

A estrutura fundiária do Sertão Paraibano caracteriza-se pela concentração da terra em poucas mãos, acompanhando, assim, o quadro mais geral da estrutura fundiária no Brasil e no Estado da Paraíba. A título de exemplo, vamos tomar os municípios de São José

(*) Professora de Sociologia da Universidade Federal da Paraíba, Campus II, Campina Grande, Paraíba, Brasil.

de Piranhas e Bonito de Santa Fé, que se localizam na microrregião do Sertão de Cajazeiras.

Em Bonito de Santa Fé, no ano de 1980, os estabelecimentos de 0 a 10 ha representavam 16,3% do total de estabelecimentos, porém ocupavam apenas 2,06% da área total, enquanto que os estabelecimentos de 100 a 1000 ha representavam 11,8%, ocupando 42,8% da área total do município.

Em São José de Piranhas, os estabelecimentos de menos de 10 ha representavam 41,6% do total de estabelecimentos, ocupando 7,9% da área total; enquanto os estabelecimentos de 100 a 1000 ha representavam 6,6% e ocupavam 45,3% da área total.

Estes dados nos mostram o nível de concentração da terra nestes municípios. De um lado, temos um grande número de estabelecimentos que ocupa uma pequena área e uma grande área sendo ocupada por um número pequeno de proprietários. Em São José de Piranhas, em 1980, temos que 45,3% da área rural é propriedade de apenas 11,8%, isto quer dizer que praticamente metade da terra é propriedade de apenas 11,8% e a outra metade é dividida por 88% dos proprietários.

No Sertão Paraibano, quando consideramos o tamanho da terra, temos, também, que incluir a disponibilidade de água, tanto em meios naturais (rios), quanto em reservatórios: açudes, poços, barragens. É a combinação entre terra e água que indica a potencialidade da terra, ou seja, se há possibilidade de garantir a sobrevivência da família ou não.

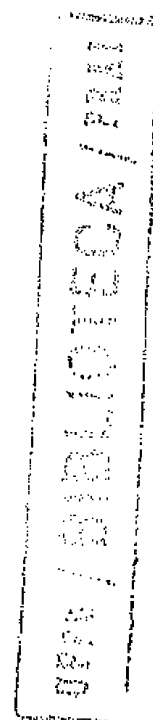
Aliado a esta estrutura fundiária, o sistema produtivo do Sertão baseia-se fundamentalmente no chamado "Sistema Tradicional". Segundo Grabois (1980) este sistema "(...). Difundido em todo sertão da Paraíba, é uma policultura ao mesmo tempo comercial e de subsistência. As culturas consorciadas são algodão arbóreo, mocó, o milho e o feijão de corda ou macassar. Caracteriza-se, nitidamente, como um sistema extensivo: pratica-se a rotação de terras, é pequeno o investimento de capital, é a mão-de-obra pouco numerosa em relação à área cultivada e são baixos os rendimentos por hectare, tanto nas lavouras de subsistência quanto na cultura do algodão. Supõe uma associação, ainda que rudimentar, com a pecuária" (pg.2).

Este sistema produtivo, denominado por alguns autores como SISTEMA TRADICIONAL, tem sofrido modificações importantes nas duas últimas décadas.

O algodão de tipo mocó perdeu importância no mercado nacional e internacional e a pecuária se tornou a atividade econômica principal. A opção pela pecuária nos municípios estudados pode ser observada pelo aumento do efetivo bovino. Em Bonito de Santa Fé, há uma evolução crescente do rebanho, que chega no seu ápice, em 1978, com um aumento de 323,8% em relação a 1973. Entre 1978 e 1979 há uma diminuição considerável do efetivo, passando de 8.129 para 5.376 cabeças. Em 1980, volta a aumentar, mas em proporções menores que nos anos anteriores, passando de 5.376 para 5.766 cabeças. Esta diminuição entre 1978 e 1979 é decorrência da seca, pois mesmo os grandes proprietários têm reduzido seu rebanho. Em São José de Piranhas, nota-se um crescimento gradativo de 1973 a 1980: 121,4%.

Há tanto um aumento quantitativo do número de cabeças de gado, quanto modificações no sistema extensivo, baseado em pastagens naturais. Embora este sistema ainda seja importante, há indicadores que apontam para uma capitalização da pecuária, tais como o aumento da área plantada com pastagens artificiais; construção de benfeitorias na propriedade, como os estábulos, cercas, etc; uso de insumos e maquinários modernos. É importante ressaltar que a modernização é incentivada pelo Estado, através de linhas especiais de crédito, nas quais tem sido privilegiada a atividade pecuária.

Além da expansão e modernização da pecuária, o sertão tem sofrido uma queda da área plantada com algodão mocó e um aumento do algodão herbáceo. Este tipo de algodão traz modificações no sistema tradicional de plantio do algodão, pois como é um arbusto pequeno não permite o consorciamento com outras culturas. Além disto, o herbáceo exige mudança das técnicas de cultivo: é plantado em "campos", faz-se o destocamento e tombamento da terra através de trator. Segundo a EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - o governo incentiva a implantação do herbáceo, por ser este tipo de maior produtividade que o mocó, exigindo permanentes pulverizações.



Requer maior número de limpas - duas ou três vezes ao ano. Devido a estes cuidados especiais, o herbáceo exige maior trabalho que o mocó. É uma opção dirigida à produção empresarial capitalista. As condições necessárias para o herbáceo excluem uma boa parte de produtores, principalmente os pequenos.

"O algodão "alho" ⁽¹⁾ é bom; é bom assim prá quem tem condições, terra própria, motor prá aguar, pulverizar todo mês, a não ser não adianta. Nem todo mundo vai ter condições, nem todo mundo tem terra própria, terra própria é baixio e o carrasco bom, carrasco ruim não se pode plantar algodão deste. Precisa de terreno plano prá aradá. Ainda tem mais, que este menino (refere-se ao técnico da EMATER) já arranjou um adubo, quando o algodão começar a abrir, tem um adubo prá botar, senão não presta". (pequeno proprietário).

Apesar dos indicadores de modernização na atividade agropecuária nos municípios estudados, ainda há a predominância do sistema tradicional. Assim, não há o enquadramento do "velho" para um "novo" sistema produtivo, mas há o enquadramento do "velho" nas novas dinâmicas e interesses do capital na atividade agropecuária, sob a intervenção direta do Estado. Portanto, é um "velho" renovado, o que poderíamos denominar de "novo sistema tradicional".

O fato de considerar que as mudanças ocorridas levam a um "novo sistema tradicional" prende-se a razões que justificam tanto o "sistema tradicional", quanto o "novo". O sistema tradicional permanece por ser um sistema produtivo que:

- 1) tem a terra como meio de produção fundamental.
- 2) tem fraca utilização do capital constante, o que resulta numa baixa composição orgânica do capital.
- 3) utiliza mão-de-obra puramente assalariada. No caso trata-se, ainda, do trabalho parceiro.

(1) "alho": corrutela de Allen, variedade do algodão herbáceo, segundo declarou um técnico da EMATER.

É "novo" por duas razões:

1) pela introdução de uma certa mudança no processo de produção;

2) porque, embora a relação de trabalho continue sendo a parceria, modifica as bases sobre as quais ela estava assentada. Se a mudança promovida e orientada pelo Estado não tem surtido o efeito esperado a nível da capitalização da atividade agropecuária, sem dúvida acarretou transformações nas relações de trabalho.

2) As Condições de Reprodução da Pequena Produção

A pequena propriedade em geral se caracteriza pela produção direta dos produtos básicos de alimentação: milho, feijão, algodão, como cultura comercial e na criação dos chamados "animais de pobre": suínos, cabras, galinhas, que representam uma reserva de valor para despesas ocasionais, como algum cerimonial, doenças e outros. Seu tamanho varia de 0 a 100 ha (hectares).

O algodão como cultura comercial é a principal fonte monetária do pequeno proprietário. O algodão para o grande proprietário é uma cultura subsidiária à pecuária, destinada a rebaixar os custos de produção desta atividade. Os pequenos proprietários, que não têm capital para se tornarem criadores, não orientam sua produção apenas pelos preços, pois visam a sua subsistência. Faltando opção melhor, a parte monetária de sua reprodução depende fundamentalmente da comercialização do algodão.

"O garrote do pobre é uma arroba de algodão, quando ele tem prá vender, quando não tem prá vender fica sem nada, dá-se um jeito de sofrer na roça de qualquer um, um dia alugado. Ou, então, fica sem nada. Ele já tá desprevenido, às vezes uma doença, uma precisão e ele tendo o algodão, não, ele vai se manter. Como pobre, pouquinho, mas vai ter." (pequeno proprietário).

Dentre as dificuldades enfrentadas para sobreviver da terra, destacam-se a terra insuficiente e a falta de água. As modificações no sistema produtivo provocaram uma desvalorização do algodão moco,

tipo comumente plantado pelos pequenos produtores, os quais também estão impossibilitados de introduzir o algodão tipo herbáceo, pois exige um certo capital.

Além destas dificuldades na produção, há, ainda, a presença dos atravessadores na hora de comercializar o algodão. Sendo os preços do algodão baixos, a renda obtida com sua venda raramente cobre os gastos necessários à manutenção da família, mesmo quando têm uma boa produção. Assim o pequeno tamanho da terra, mais a escassez de água, ou falta de meios de obtenção de água; as técnicas e instrumentos rudimentares de cultivo e a expropriação do excedente na comercialização não permitem que o pequeno produtor garanta as necessidades básicas da família. Como consequência ele é frequentemente obrigado a recorrer à venda de animais, o que representa a principal reserva de valor para complementar a subsistência diária. Também são utilizadas outras atividades complementares, como o trabalho assalariado, algum pequeno comércio, a migração de alguns membros da família que ajudam com o envio de dinheiro à origem.

Na grande propriedade, as mudanças no sistema produtivo afetarão diretamente as condições de trabalho e vida do morador.

A expansão da pecuária faz com que o gado passe a competir, palmo a palmo, com a terra utilizada pelo morador, seja para o roçado ou para a criação de seus animais. As principais mudanças são as seguintes:

- o proprietário não permite mais que o morador crie animais. Isto fica claro, tanto pelos depoimentos dos moradores, quanto pela diminuição dos caprinos, assininos e eqüinos no período de 1977 a 1980. O município de São José de Piranhas tinha em 1980, 1.821 cabeças de caprinos contra 7.879 em 1977.

- o aumento das pastagens plantadas vai se expandir sobre as terras de roçado. O capim geralmente plantado nos baixios, retira o morador e o joga para terras de pior qualidade, diminuindo drasticamente a produtividade.

"Esta pecuária prejudicou o morador, prejudicou o Brasil, porque os cereais está se acabando, as terras boas ficando tudo coberta de capim, o patrão pega a terra boa e utiliza ela com capim, tem todos os anos que bota aquela broca, aquelas terras baixas que pode plantar todos os anos e dá mais produção, aí o capim, estes todos proprietários tem sua pecuária, no fim os cereais tão se acabando, ficando todo coberto só de capim, o boi já tomou o lugar do homem. Do jeito que vai, vai se acabar, por um quilo de feijão neste tempo por Cr\$ 1.000,00 (outubro de 1983). E o dia de serviço por Cr\$ 1.000,00. Quando for agora, ainda tem aqui, quando for de janeiro em diante tá vindo de Mato Grosso, do sul do país, com já tá vindo agora". (morador).

- substituição da "renda em produto" pela "renda em assentamento do capim": o morador tem direito a plantar um, dois anos de milho e feijão sem partilha da produção com o patrão. Em troca deve entregar o capim plantado.

- o morador é utilizado em algumas atividades específicas da pecuária, sendo obrigado a aceitar salários inferiores aos dos trabalhadores provenientes de fora da propriedade.

O resultado de todas estas mudanças a nível das condições de vida dos moradores é que eles vão ter que trabalhar mais intensivamente, recorrendo frequentemente ao assalariamento e explorar o trabalho das mulheres, dos filhos, inclusive dos menores.

Há, também, uma crescente expulsão dos moradores para as pontas-de-rua ou para outros municípios, regiões do estado ou fora do estado. A saída dos moradores não se dá por expulsão direta do patrão, mas, pelo que poderíamos chamar de "expulsão indireta", onde o patrão vai gradativamente rebaixando as condições do morador, até este se desgostar e sair.⁽²⁾ A prova mais evidente do intenso processo de expulsão do morador é o aumento de domicílios vazios na zona rural e o crescimento das periferias das cidades do sertão.

⁽²⁾ Sigaud (1979) analisando as pressões indiretas e as saídas calculadas, conclui que, "por detrás das idéias do botar para fora e do gosto e vontade, se poderia depreender a dinâmica de um processo que permite nem a proprietários, nem a trabalhadores uma hegemonia absoluta, em relação ao sentido que está assumindo.

Além do pequeno proprietário e do morador, no sertão paraibano também são pequenos produtores os trabalhadores que moram nas pontas-de-rua, mas ainda mantêm vínculos de trabalho na grande propriedade, seja através de roçado - "renda em produto" ou da "renda em assentamento de capim". Estes trabalhadores no Sertão da Paraíba se auto-denominam de "rendeiros".

Os moradores já não gozam das "vantagens" existentes em tempos anteriores, como, por exemplo, o direito a ter um roçado próprio, sem ter que pagar a renda; a criar animais, muitas vezes até gado; a ter uma casa boa; a ser socorrido pelo patrão na doença; a adiantamentos sem juros. Estas vantagens, de certa forma, compensavam o cativo: estar à disposição do patrão para qualquer tarefa a qualquer momento, suportar maus tratos, proibição de trabalho para outro patrão, obrigação de vender o dia de trabalho por um salário menor do que o do trabalhador de fora. Vivenciando um processo de diminuição das "vantagens", sem contrapartida de diminuição das desvantagens, os moradores se sentem impelidos a mudarem para "a rua" (cidade ou povoado).

Uma vez morando na rua, as alternativas de trabalho ainda são na agricultura. A demanda de assalariados urbanos praticamente inexistente. Na agricultura, as transformações técnicas não se deram a um nível que exigisse relações de trabalho assalariadas permanentes. A demanda de força-de-trabalho assalariada é limitada no tempo e na quantidade. Conseqüentemente, resta a esse ex-morador a alternativa de buscar novamente na agricultura a sua sobrevivência. São, agora, parceiros que moram fora da propriedade e se auto-denominam "rendeiros". Para os trabalhadores, o rendeiro não se confunde com o

Assim, nem o proprietário pode mandar embora trabalhadores indiscriminadamente, embora possa jogar com a ameaça de botar para fora, a qual por sua vez é EFICAZ PORQUE O MODELO DA MORADA NÃO TEM MAIS CONDIÇÕES DE REPRODUÇÃO e não porque proprietários disponham de uma força ilimitada. Por outro lado, também o trabalhador nunca sai totalmente de gosto e vontade, na medida em que sofre um conjunto de pressões que serão ressentidas em função de uma maior ou menor força do proprietário, mas sim a partir da própria posição que ocupe segundo o modelo diferenciador da morada e da força de seu sindicato". (pp. 76 e 77).

morador. A condição de morador é identificada com o cativo, enquanto que rendeiro significa uma libertação dos laços de dependência pessoal.

Os moradores e rendeiros trabalham em regime de parceria, só que há obrigações diferenciadas, implicando em níveis de sujeição diversos.

O rendeiro não é completamente autônomo, o proprietário diz o que plantar, como deve ser plantado. O controle do rendeiro, por parte do patrão se dá mais a nível da produtividade, de forma a assegurar o pagamento da renda pelo preço mais alto possível. O patrão controla as atividades do morador num nível muito maior, porém tem determinadas obrigações com o morador. O morador está preso a uma relação pessoal e direta com o patrão, que assume um caráter moral muito forte. Muitas vezes ele enxerga a exploração, porém é incapaz de se colocar contra o patrão, pois isto significaria uma traição.

Tanto as condições de reprodução dos moradores, quanto as dos rendeiros, são influenciadas pela expansão e capitalização da pecuária. O morador é expulso para as pontas-de-rua; há transformações na própria relação do morador; há aumento dos rendeiros. Os pequenos proprietários, crescentemente, se empregam na grande propriedade.

Estas transformações exemplificam concretamente que o desenvolvimento do capitalismo no campo não desemboca inelutavelmente ou diretamente no assalariamento. Embora a tendência geral seja a proletarização, o processo mais evidente é a não expropriação completa do trabalhador.

Citarei alguns aspectos que justificam a utilização da força-de-trabalho de moradores e rendeiros, e não de assalariados.

1) O objetivo dos patrões é manter a atividade agropecuária com o mínimo possível de adiantamento de capital; o assalariamento representaria um adiantamento significativo de capital variável.

2) Os moradores e rendeiros são diretamente interessados na produção, não havendo necessidade de fiscalização permanente. Isto,

além de diminuir os gastos com um administrador, é compatível com o caráter absenteísta do proprietário.

3) Eles assumem os riscos da produção, dado interessante para uma região de seca.

4) Eles constituem uma reserva de força-de-trabalho. Além de executar tarefas como o desmatamento na relação de parceria, são disponíveis para trabalhar na propriedade, na feitura de cercas, benfeitorias em geral, plantação de capim, cana, etc.

Os patrões, servindo-se de moradores e rendeiros, objetivam o barateamento da força-de-trabalho, por isto proporcionam um acesso precário à terra, o que limita a produção dos itens básicos de alimentação.

A família continua sendo a unidade básica de produção, porém tem sua base de reprodução alterada. As condições de reprodução dos moradores, rendeiros e pequenos proprietários não permitem a utilização de toda a capacidade de trabalho da unidade familiar, gerando uma força-de-trabalho que "sobra". Mas, poder-se-ia perguntar: sobra em relação a que? Esta "sobra" não significa uma população que está totalmente desempregada, pois ainda tem acesso, mesmo que precário, aos meios de produção. Portanto, não se trata de uma sobra que constitua um excedente populacional absoluto, mas é uma sobra relativa, produzida pelo próprio processo de acumulação capitalista e não absorvida por ele. Esta população que sobra não é, portanto, uma superpopulação relativa, nos termos formulados por Marx:

"A verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua energia e de sua extensão, uma POPULAÇÃO TRABALHADORA SUPÉRFLUA RELATIVAMENTE, isto é que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se desse modo, excedente" (Marx, O Capital, L. I., Vol. 2, pg. 731).

A existência de uma força-de-trabalho à disposição do capital no campo ou na cidade, no nordeste ou no sudeste, é clara quando a migração é uma saída regularmente utilizada por esta população. As estratégias dos pequenos proprietários, moradores e rendeiros para

complementação da produção direta serão decididas em função das condições objetivas a que estão sujeitos estes produtores, bem como do momento do ciclo de vida da família. Entre estas estratégias, a migração ocupa um lugar destacado, pois raramente encontramos uma família de trabalhadores que não tenha filhos em São Paulo ou cujo chefe ou filhos já não tenham migrado.

A migração, apesar de realizada, aparentemente, por indivíduos isolados, é uma decisão da unidade familiar e é dentro da lógica de reprodução desta unidade que se pode entender, por exemplo, porque migram principalmente os jovens.

3) Atividades Complementares

As novas condições de trabalho determinam que junto ao acesso à terra, caminha a necessidade crescente de assalariamento. A impossibilidade de assalariamento o ano todo, torna-o uma estratégia temporária, complementar à produção direta.

A família se utilizará de diferentes estratégias. É essencial considerar a unidade familiar extensa, ou seja pai, mãe, filhos e família dos filhos, pois o casamento não significa um rompimento com os pais. Os filhos de pequenos proprietários casam e permanecem na mesma propriedade, dividindo a diminuta terra. Quando migram, mesmo casados, continuam a ajudar os pais. Assim a reprodução das pessoas é definida na família extensa. As estratégias para reprodução da família se situarão no local e fora. A existência de alternativas de trabalho fora pode relativizar o engajamento nos trabalhos complementares no próprio local.

Com objetivo de situar melhor as especificidades dos vários trabalhos complementares, discutirei primeiro as estratégias de sobrevivência no local: a nível da própria expansão pelo Estado e, posteriormente, a relação entre as várias estratégias locais e a migração, que possibilita trabalho fora do local.

3.1. Na própria agricultura

Em se tratando apenas das possibilidades de assalariamento local, os moradores e rendeiros dependem mais das atividades internas à propriedade: plantio de capim, cana de forrageira, execução de benfeitorias, destocamento (ato de arrancar os tocos). Esta última atividade, apesar de melhor remunerada, dispense um esforço físico maior dos trabalhadores. Os jovens, ao manifestarem o desejo de migrar para São Paulo, vêm nesta saída uma forma de escapar de atividades pesadas e mal remuneradas do tipo do destocamento.

O pequeno proprietário tem sua reprodução determinada, em última instância, pela expansão da pecuária. Mas, ao mesmo tempo, encontra nesta a complementação de sua subsistência, pois trabalha como parceiro em médias e grandes propriedades. Para o patrão é mais interessante empregar um pequeno proprietário do que um trabalhador sem terra, pois aquele já produz uma parte de sua reprodução na própria terra.

Embora o pequeno proprietário manifeste rejeição ao trabalho alugado, ele é obrigado, frequentemente, a recorrer a esta alternativa de sobrevivência.

Dado o caráter temporário das atividades assalariadas, a força-de-trabalho disponível passa a viver um clima de completa insegurança, de incerteza pelo amanhã. Nas épocas de pico de produção, há muito trabalho, sempre se encontra onde se assalariar; passadas estas épocas, o chefe da família e seus filhos em idade de trabalhar vivem na dependência de um ou outro "alugado" ou são obrigados, frequentemente, a recorrer a adiantamentos do patrão ou de terceiros, o que antecipadamente compromete a sua safra futura.

3.2. Comércio

Além das alternativas de trabalho situadas na própria agricultura, existe a possibilidade de se dedicar a um "negócio", quer dizer "pequenos comércios". Em se tratando de trabalhadores, esta atividade é geralmente praticada pelos pequenos proprietários. Assim, os moradores e rendeiros raramente se dedicam a qualquer tipo de

comércio. Muitas vezes as atividades comerciais melhoram significativamente as condições de reprodução dos pequenos proprietários. Isto pode ser melhor visualizado através de exemplos concretos.

Um pequeno proprietário com 70 hectares de terra, sendo que boa parte é inaproveitável, pois fica numa região de serra e, também, é dono de uma bodega. Com a renda obtida neste negócio conseguiu sustentar seis filhos na universidade.

Um outro, com 68 hectares de terra é dono de uma banca de roupas na feira, conseguiu comprar gado e fazer benfeitorias na propriedade com a renda obtida no comércio. Em ambos os exemplos a dedicação ao comércio permitiu um aumento da renda, no primeiro caso consumida na educação dos filhos, e, no segundo, revertida em investimentos na própria terra. Há outros casos, onde o comércio assume o caráter de uma atividade complementar à produção direta. É o caso de um pequeno proprietário com 100 hectares de terra, onde a divisão do trabalho se pauta pela unidade de produção familiar, mas também por produções individuais, que se destinam a despesas pessoais. Caracteriza-se pelo que Heredia (1979) chama de roçado-roçadinho.

"No roçado familiar trabalham os membros da unidade familiar que não recebem nenhuma parte especial do que ali é produzido, por executarem essa tarefa; o que é obtido no roçado é destinado ao consumo da própria família". (pg. 105).

"Além do roçado já mencionado existem outros roçados individuais que pertencem aos filhos e à esposa". (pg. 105)

As atividades da mulher e das filhas (criação de galinhas, feitura de queijo, manteiga) e as dos homens (roçadinhos) se destinam a despesas pessoais, como lazer, higiene pessoal, roupas. Além dos exemplos já citados de dedicação a um comércio, citaria, ainda, um pequeno comércio de bebida, fósforos, cigarros avulsos, frutas, ovos, praticado nas residências. Em todos os casos observados, este pequeno comércio é mais comum entre os pequenos proprietários e indica uma tentativa de escapar do alugado.

4) Migração: Estratégia de Sobrevivência da Família

A migração é uma estratégia utilizada tanto por pequenos proprietários quanto por moradores e rendeiros, porém o fato de ter a propriedade da terra, ou não, determina diferenças no processo migratório. O pequeno proprietário ao não conseguir garantir a reprodução da família só com a produção da própria terra é obrigado a lançar mão de outros trabalhos complementares.

Dada a precariedade das alternativas locais e existindo possibilidades de trabalho em condições comparativamente melhores em relação às locais, a família é forçada a lançar mão da migração como estratégia de sobrevivência.

A migração não é tratada aqui simplesmente como êxodo rural, ou seja, a migração sem retorno, definitiva, do campo para a cidade, mas migração no seu sentido mais dinâmico, onde há um movimento do campo para a cidade, da cidade para o campo, do campo para o campo. Neste sentido campo e cidade não são duas realidades estanques, mas estão interligadas.

As estratégias para a reprodução da família se situarão no quadro das alternativas colocadas pelo capital, tanto no campo quanto na cidade. A opção pelas diferentes alternativas é realizada no seio da unidade de produção familiar. Numa mesma unidade várias estratégias podem ser tomadas: alguns membros se "alugam", outros consideram melhor migrar. Na decisão de migrar contam tanto as condições de sobrevivência, quanto elementos do tamanho e do ciclo da família.

4.1. Motivações

Os motivos para migrar se situam ao nível da percepção do migrante. Esta é sempre parcial e incompleta (Durhan, 1978:112), porém é uma representação das relações sociais em que estão envolvidos. Entre os motivos apresentados no relatos pelos migrantes, a seca aparece com muita evidência.

"O problema é só a água, se existisse inverno não tinha terra melhor para mim; se houvesse inverno eu nem falava em São Paulo, porque lá (na Paraíba) era um lugar liberto, bom; São Paulo é ruim porque é um ar trancado assim, aquilo me ofende; eu só imagino aqui (São Paulo), a minha infância no norte que perdi tudo; não tem liberdade, aqui o cara não conhece ninguém e lá no norte eu conhecia um bocado de coisa". (ajudante, filho de pequeno proprietário).

A seca, apesar de ser um motivo bastante evidente para todos os trabalhadores - pequenos proprietários, moradores e rendeiros - aparece com mais evidência para os pequenos proprietários. Aceitar a seca como motivo principal significa se situar no nível da aparência, sem atinar que os motivos naturais escondem e mascaram o nível onde se processa o desenvolvimento do capitalismo no campo. A seca vem agravar uma situação permanente de pauperização vivenciada pelos pequenos proprietários, moradores e rendeiros. Ela é representada como fenômeno natural, determinado por Deus, que escapa, portanto, da determinação dos homens.

Por este caráter místico, ela tem o poder de se impor como principal problema, encobrendo os fenômenos determinados pelos próprios homens, no caso as mudanças nas condições de reprodução dos trabalhadores imprimidas pelo processo de acumulação local, que é assentado na expansão da pecuária, atividade comandada pelos grandes produtores agropecuaristas.

5) Migração e Reprodução da Família-na Origem

A migração de alguns membros da família alivia a pressão demográfica sobre a terra, permitindo que outros membros fiquem na propriedade. Um caso esclarecedor é o de um pequeno proprietário com 50 tarefas (mais ou menos 16 ha.): Ele tem dez filhos, dos quais cinco solteiros (quatro mulheres e um homem com dezoito anos), três casados na Paraíba e dois filhos casados fora (um homem em São Paulo e uma mulher casada em Vitória da Conquista, Bahia). Este pequeno proprietário lançou mão de diferentes estratégias: dois filhos casados ficaram morando na propriedade e trabalham com o pai

numa propriedade vizinha, como rendeiros. Outra estratégia utilizada foi a migração de um filho, logo após o seu casamento.

Para os pequenos proprietários, portanto, a migração de alguns filhos retarda a subdivisão da terra, facilitando a reprodução dos que nela permanecem.

Os moradores e rendeiros por não possuírem terra são mais propensos a migrar do que os pequenos proprietários. Nos casos analisados, os pequenos proprietários, em geral, sempre tinham dois ou três filhos casados morando na propriedade dos pais, enquanto os moradores e rendeiros tinham a maioria dos filhos casados em São Paulo. Um morador com treze filhos, tinha dez em São Paulo. Apenas três, com idade inferior a dezoito anos, estavam com ele na Paraíba.

Os moradores sendo totalmente despossuídos de propriedade, consideravam São Paulo como a melhor saída. A propriedade da terra, mesmo insuficiente, é fundamental na fixação do homem à terra. Ao menos lhe garante o direito de moradia.

Os pequenos proprietários, moradores e rendeiros têm seu processo migratório determinado não apenas pelas condições objetivas de reprodução, como também pelo tamanho da família e momento do ciclo de vida da unidade familiar. Dado o ciclo de vida da família, os jovens de 20 a 29 anos são potencialmente mais propensos a migrar. A grande maioria dos estudos sobre migrações internas tem constatado este mesmo fenômeno. Em pesquisas realizadas no Peru, Vargas chegou à seguinte conclusão:

"A maioria dos imigrantes de Huancayo chegam antes dos 30 anos de idade. O maior percentual é de migrantes entre 16 e 30 anos: 55%. Apenas 16,5% chegam acima dos 36 anos e a mesma porcentagem para aqueles menores de 15 anos." (pg. 14)

Assim, a migração dos jovens do campo está ligada à posição que eles ocupam na divisão do trabalho da unidade de produção familiar, de forma a criar meios para a reprodução de toda a família e sua reprodução particular. De outro lado, também é influenciada pelas condições do mercado de trabalho urbano em São Paulo. Há uma

maior utilização da força-de-trabalho jovem, em detrimento da mais velha.

A análise do ciclo de vida no processo migratório é, portanto, fundamental para compreender porque numa mesma família, uns migram e outros não. Assim alguns, motivos aparentemente são subjetivos, como por exemplo: "não migrei porque não gosto de São Paulo" (explicação dada por um irmão de migrante). Na realidade, a não migração se justificava pelo fato de ser casado e único filho que ficou trabalhando com o pai.

A migração preferencial dos jovens determina uma forma específica de migração, que se realiza através da segmentação da família e não da migração de toda a unidade familiar.

É importante, também, considerar a migração das mulheres. Estas, no campo, desempenham, em geral, tarefas domésticas e na cidade podem ter acesso a trabalhos remunerados. Assim a migração de mulheres solteiras é, também, uma estratégia de sobrevivência da família.

A migração sendo uma estratégia utilizada por alguns membros da família para enfrentar o processo de pauperização, ao mesmo tempo que cria condições para a sobrevivência dos que migram, também permite contribuir para a reprodução daqueles membros da família que ficam na origem. Citarei alguns aspectos neste sentido:

1) Quando alguns membros migram, aliviam a pressão demográfica sobre a terra, no caso de pequenos proprietários.

2) Muitas vezes a ajuda em dinheiro ou outras mercadorias, que os filhos enviam de São Paulo, se constitui numa das principais fontes de renda dos membros da família na origem.

Além do dinheiro enviado à origem, é também importante a ajuda na doença, tanto enviando dinheiro, como trazendo familiares para tratamento de saúde em São Paulo. O peso que têm os recursos advindos da migração para a reprodução da família na origem permite duas conclusões importantes.

A primeira é que confirma a tese defendida por muitos autores de que a família⁽³⁾ ocupa um papel essencial na reprodução da força de trabalho. Dentro desta perspectiva, a migração assume um caráter claro de estratégia de sobrevivência da unidade familiar extensa. A utilização desta estratégia embora se situe a nível de cada família, é determinada pelo próprio processo de desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade. No campo, ao expropriar os produtores diretos, forçando-os ao assalariamento. As possibilidades de assalariamento no próprio local são precárias, por isto são obrigados a migrar. A possibilidade de assalariamento fora do local não está aberta para todos os membros da família, mas apenas para alguns - os jovens. A migração, enquanto estratégia para enfrentar o processo de expropriação, contribui para manter o nível de reprodução da força-de-trabalho no campo abaixo do mínimo necessário. Assim, os latifundiários do sertão se nutrem de uma força-de-trabalho que aceita as condições de exploração impostas, às custas de sacrifícios familiares, que levam até a separação dos membros da família para garantir a sobrevivência.

A segunda conclusão é que a família ao se segmentar entre campo e cidade se reproduz tanto em relações de trabalho baseadas, ainda, no acesso aos meios de produção, como em relações de trabalho assalariadas. Assim, a migração do campo para a cidade não isola o campo da cidade, como duas realidades estanques, mas antes articula campo e cidade como "o espaço de reprodução da força-de-trabalho".

(3) Veja Fausto Neto, A.M. Quiroga. Família operária e reprodução da força-de-trabalho. Rio de Janeiro. Vozes, 1982.

CONCLUSÃO

As transformações do sistema produtivo nas décadas de 1970 a 80, na região do Sertão da Paraíba, têm se caracterizado pela expansão da atividade pecuária, em detrimento da pequena produção, tanto o pequeno proprietário, quanto a pequena produção dentro da grande propriedade, realizada através do morador e do renteiro.

Assim a pequena produção vivencia um processo de expropriação de seus meios de produção e ao mesmo tempo se pauperiza. Para garantir a sobrevivência da família, o pequeno produtor tem que utilizar diferentes estratégias, tais como assalariamento em fazendas próximas e pequenos comércios. Destacamos a importância da migração de alguns membros da família, principalmente os jovens, como forma de garantir a sobrevivência do conjunto dos membros - os que ficam e os que partem.

Bibliografia

- ALVES, F.J.C. *Fatores do crescimento das cidades do Sertão Paraibano*. Rio de Janeiro. COPPE7UFRJ, 1978
- ANDRADE, M. Correia de. "Trópico Semi-árido, as alternativas de uma região incompreendida". In: Revista Brasileira de Tecnologia, v.12, nº1, jan/março de 1981.
- BUTTERWORTH, D. CHANCE, J.K. *Latin American Urbanization*. New York, Cambridge University Press, 1981.
- DURHAN, E.R. *A caminho da cidade. A vida rural e a migração para São Paulo*. 2a. ed. São Paulo. Perspectiva, 1978.
- FAUSTO NETO, A.M.Q. *Família operária e reprodução da força de trabalho*. Rio de Janeiro. Vozes, 1982.
- GRABOIS, J. e AGUIAR, M. DE J.N. "Os sistemas agrícolas tradicionais e os elementos de modernização no sertão ocidental da Paraíba". In: Inter-Facies, Escritos e Documentos, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. (coord.). *Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. 2a. ed. São Paulo. HUCITEC, 1980.
- GRAZIANO DA SILVA, J. *Progresso técnico e relações de trabalho na agricultura*. São Paulo. HUCITEC, 1981.
- HEREDIA, B.M.A. *A morada da vida*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1979.
- MARTINE, G. "Populações errantes e mobilidade da reserva de mão-de-obra no Brasil". (Comunicação feita no Simpósio sobre crescimento demográfico na base da pirâmide social - SBPC). Campinas, julho de 1982.
- MEILLASSOUX, C. *Mujeres, graneros y capitales*. 1a. ed. México, Siglo XXI, 1977.
- MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro I, Vols.1 e 2, 6a. ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1980.

MENEZES, M. A. *Da Paraíba prá São Paulo e de São Paulo prá Paraíba* (migração, família e reprodução da força-de-trabalho). Dissertação de Mestrado. UFPB/CH. Curso de Mestrado em Sociologia, março de 1985.

SCOTT, T. "Migrações interregionais e a família nordestina". VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Grupo de Trabalho "A questão regional no Brasil". Friburgo, 20 a 22 de outubro de 1982.

SIGAUD, L. *Os clandestinos e os direitos (estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco)*. São Paulo. Duas Cidades, 1979.

VARGAS, M. M. *Urbanization, migration and occupational structure in Latin America with special reference to Peru*. Thesis presented to the Victoria University of Manchester for the degree of Doctor of Philosophy, mimeo, s/data.